

ECONOMIA E POLÍTICA: O FUTURO DA DEMOCRACIA

Por José Matias-Pereira

Professor e pesquisador do PPGA-UnB

E-mail: matias@unb.br



ECONOMIC ORIGINS OF DICTATORSHIP AND DEMOCRACY: ECONOMIC AND POLITICAL ORIGINS

De Daron Acemoglu e James A. Robinson.

Cambridge: Cambridge University Press, 2005. 540 p.

A obra dos professores Daron Acemoglu, do Massachusetts Institute of Technology, e James A. Robinson, da Universidade Harvard, traz a reflexão sobre a importância e a relevância de compreender a relação entre economia e política. Nesse estudo, eles preocupam-se em explicar por que a democracia surge e o que determina a sua estabilidade. Partem de perguntas inquietantes, como: Por que os ricos não cedem um papel político aos pobres? Quando o fazem, por que não o tomam de volta o mais rapidamente possível? É um estudo comparativo, no qual se procura explicar as trajetórias que tanto os regimes democráticos como os não democráticos podem trilhar, a partir dos casos do Reino Unido, Argentina, Cingapura e África do Sul.

Para alcançar os seus propósitos, Acemoglu e Robinson criaram um modelo explicativo da luta pela democracia baseado na teoria dos jogos, que representa um embate entre dois jogadores: o jogador da “elite” e o jogador “cidadão”. Os jogadores agem racionalmente, têm visão de longo prazo, levam-se mutuamente em conta em cada um dos seus lances, e são motivados por interesses econômicos e não por ideologias. É necessário reconhecer que a simplificação exagerada da depuração de certos detalhes históricos para expor a estrutura subjacente ao surgimento da democracia nos pareceu, em princípio, preocupante.

Os autores argumentam que o surgimento e a trajetória da democracia no Reino Unido foram reconhecidamente lentos, complexos e

sofridos porque as classes dominantes permitiram apenas uma expansão gradual do direito ao voto. A democracia na Argentina oscilou sistematicamente no século XX. Em Cingapura, a ditadura criou tanta abundância que a oposição popular permaneceu muito reduzida. Na África do Sul, o sistema de *apartheid* optou por elevar a repressão de forma cada vez mais violenta.

Para os professores Acemoglu e Robinson – que modelam o esforço para a democracia como uma parte da teoria de jogos a partir de uma competição estratégica entre um número reduzido de jogadores –, a resposta está nos custos e benefícios para ambas as partes envolvidas. Para os autores, as elites podem ceder irrevogavelmente algum poder às massas mediante a criação de ins-

tuições democráticas. Dessa forma, elas buscam reduzir drasticamente a ameaça de revolução e conservar uma parcela de poder para si.

Os autores argumentam ainda que, como o custo da repressão é elevado, torna-se mais interessante para a elite abrir mão de uma parte do poder, em vez de partir para o enfrentamento. Por sua vez, os custos das revoluções também são elevados, o que torna mais atraente para as massas aceitar compartilhar o poder do que eliminar a elite. A base do argumento para explicar por que a maioria exige mudança institucional de preferência a alterações nas políticas é que a democracia implica um compromisso de longo prazo por parte da elite.

Afirmam os autores ser mais provável que a democracia apareça em uma sociedade industrial ou pós-industrial do que em uma sociedade agrícola. As elites, nas sociedades agrícolas, preferem reprimir, e com isso acabam provocando a revolução. Nos países em que a democracia fortalece os direitos de propriedade, confere-se mais poder à maioria, o que torna a situação mais aceitável para as elites. Isso porque a desigualdade econômica torna a democracia insuportável às elites e paradoxalmente mais interessante às massas populares, já que assim se criam as condições para que se fomente o conflito civil e conseqüentemente a geração de democracias instáveis. A existência de uma classe média ampla, por sua vez, tende a conduzir o país rumo à democracia, visto que a sociedade civil se torna mais consistente, ao mesmo tempo em que os perigos do populismo irresponsável tendem a ser reduzidos.

A globalização, para Acemoglu e Robinson, contribui para reduzir o temor do populismo por parte das elites, visto que ela diminui a capa-

cidade de tributá-las. Países que possuem vantagens comparativas na produção de mercadorias e serviços, e que utilizam grandes contingentes de mão-de-obra, são orientados para a democratização. Por sua vez, países que dependem de recursos desigualmente distribuídos caminham em sentido contrário.

Dessa forma, os autores do estudo buscam explicar por que a democracia plena se consolidou no Reino Unido, tem sido frágil na América Latina, nunca aconteceu em Cingapura e demorou bastante tempo para avançar na África do Sul. No Reino Unido, a combinação de desigualdade com industrialização e a ascensão da classe média tornara a democracia tolerável para a elite e desejável para as massas. Na América Latina, a desigualdade elevada e a predominância da riqueza de recursos tornaram a democracia frágil, como também ocorreu na Rússia pré-revolucionária. Em Cingapura, a igualdade tornou a democracia plena menos atraente para as massas. Na África do Sul, o elevado nível de desigualdade e os recursos naturais tornaram a repressão atraente, até o desenvolvimento da economia, quando os custos da repressão se tornaram inviáveis.

Ao tratar do futuro da democracia, argumentam Acemoglu e Robinson (no décimo primeiro capítulo do livro): “Se essas mudanças se disseminam pelo mundo, pode-se esperar que as elites e os partidos conservadores se tornem mais poderosos, e a democracia no futuro se torne menos redistributiva, especialmente se novas formas de representação para a maioria, tanto na esfera política como nos locais de trabalho, não se desenvolverem. Dessa forma a democracia tenderá a consolidar-se. Todavia, para muitos que esperam que a democracia transforme a sociedade,

como aconteceu com a Inglaterra na primeira metade do século XX, poderá tratar-se de uma forma decepcionante de democracia”.

Verifica-se que a democracia emerge a partir de um comprometimento das elites com reformas por não possuírem alternativas. Os autores argumentam ainda que as elites tendem a conceder a democracia quando se reduz o temor de uma tributação redistributiva. Observa-se, por fim, que em todo o mundo as condições para o surgimento de democracias estáveis estão se disseminando. A base dessa trajetória está no processo de desenvolvimento econômico. Essa é uma constatação que deve ser celebrada pela humanidade.

É importante ressaltar que o estudo não está apoiado em trabalho empírico. Os estudos de casos estão distribuídos de maneira fragmentada ao longo do livro, e foram escritos com o propósito de sustentar os argumentos dos autores. O emprego da teoria dos jogos também não é de todo satisfatório porque as classes sociais ou econômicas não agem de forma uníssona.

Em que pesem as deficiências e as imperfeições dos modelos extremamente técnicos, o trabalho de Acemoglu e Robinson é instigante e deve ser recebido pelos leitores como um estudo relevante e inovador. Merece ser incluído como leitura obrigatória para governantes, políticos e empresários brasileiros. Na academia, deve merecer a atenção daqueles que se preocupam em aprofundar seus conhecimentos sobre as variáveis que tratam da interação entre política e economia, especialmente os pesquisadores e estudantes dos cursos de graduação e pós-graduação em Economia, Administração, Ciências Contábeis, Ciência Política e Sociologia.